

Irritação no Congresso

Iano Andrade/CB/D.A Press - 26/5/09

» LILIAN TAHAN E
» GUILHERME GOULART

A decisão do governo federal de enviar a proposta de cargos e salários da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros por meio de projeto de lei e não de medida provisória revoltou a corporação, desagradou o governador José Roberto Arruda (DEM) e agitou o retorno da bancada de deputados do Distrito Federal aos trabalhos. A mudança de estratégia na tramitação do texto, que prevê entre outras melhorias o aumento de R\$ 1 mil nos salários de 27.685 militares até 2014, deve atrasar a aprovação do plano, já que a edição de uma MP validaria imediatamente os benefícios. Na tentativa de minimizar o desgaste com a categoria, deputados da base governista e até mesmo da oposição se uniram numa estratégia para encolher o prazo de votação do projeto de lei.

No meio da tarde de ontem — primeiro dia após o retorno das férias —, o Congresso Nacional ainda estava pouco movimentado, mas deputados do DF se mobilizavam atrás de uma solução para apressar a análise do plano de cargos e salários para os PMs e bombeiros do DF. Delegado de polícia, o deputado Laerte Bessa (PMDB) se envolveu com a causa. Em uma reunião com o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), o deputado pediu apoio para um requerimento de urgência na apreciação do projeto.

Enquanto isso, Rodrigo Rollemberg (PSB) recolhia as assinaturas necessárias para tentar furar a fila da pauta na Câmara. Até o meio da tarde, o parlamentar havia conseguido reunir 227 votos favoráveis à análise imediata do plano de cargos e salários dos policiais. Faltavam apenas 30 deputados para o mínimo necessário exigido no regime de urgência. “É um projeto do governo federal, de total interesse do governador do Distrito Federal, que é do DEM, e que tem o apoio do PSDB. Ou seja, não tem controvérsia e, por isso, tenho expectativa de que até o final do mês tudo estará resolvido”, diz Rollemberg.

O risco de uma rebelião na base que apoia politicamente o secretário de Transportes, Al-



Em vez de medida provisória, plano de cargos e salários seguiu para o Congresso como um projeto de lei: atraso na concessão de aumentos para 27.685 militares

berto Fraga (DEM), exigiu do político uma ação emergencial. Ontem mesmo, o deputado federal licenciado anunciou que voltará à Câmara para ajudar nas articulações a favor do projeto. “A categoria ficou surpreendida ao saber que o plano foi enviado ao Congresso por meio de projeto de lei e não por medida provisória, como tinha sido acordado. Volto à Casa para requerer urgência urgentíssima nesse projeto”, diz Fraga, segundo o qual a tramitação por vias normais da **proposta** pode levar até anos. Ele é autor de uma lei com teor parecido que, desde 1999, aguarda votação.

A opção do governo federal por um projeto de lei para definir o reajuste da PM provocou mal estar na corporação. Oficiais com cargos no GDF, por exemplo, não esconderam a revolta com a quebra do acordo firmado para estabelecer o aumento dos policiais brasileiros via medida provisória, como

Proposta

O plano de cargos e salários prevê um impacto de R\$ 87 milhões no orçamento do Fundo Constitucional do DF, pago pelo governo federal e gerido pelo Executivo local. Em 2014, o custo do projeto será de R\$ 482,1 milhões.

ocorreu nos últimos anos. “Os técnicos da Casa Civil definiram assim e o presidente (Luiz Inácio Lula da Silva) acatou. Vai tra-

Principais pontos

Conheça os projeto de lei sobre o plano de cargos e salários da Polícia Militar e bombeiros do DF:

- » A melhoria mais perceptível desse projeto é a que cria a Gratificação por Risco de Vida. O benefício chegará a R\$ 1 mil em 2014, mas começa a ser pago gradualmente desde 2009, quando o valor incorporado será de R\$ 250. No ano que vem, a quantia sobe para R\$ 400. Em 2011 atinge R\$ 550 até chegar ao teto em cinco anos;
- » A Gratificação por Risco de Vida será paga também aos inativos e aos pensionistas;
- » Além da gratificação, o plano prevê promoções por critérios de antiguidade, merecimento, ato de bravura e post mortem; Serão estipulados limites de quantidade e de antiguidade para definir a faixa dos policiais militares que concorrerão às promoções;
- » Entre os requisitos para o oficial ser promovido por merecimento estão: eficiência, capacidade de liderança, iniciativa, presteza de decisões. Também serão avaliados o resultado dos cursos de aperfeiçoamento.

O que diz a lei

O requerimento de urgência é um expediente parlamentar que acelera o processo de votação de um projeto. Mas para que ele tenha efeito sobre a proposta é necessário que esteja assinado por 257 parlamentares, o que equivale a metade mais um dos deputados. Em seguida, o requerimento de urgência é submetido à votação em plenário. E mais uma vez são necessários 257 aprovações. Se o pedido de pressa for referendado pela maioria dos deputados, o projeto então passa a ocupar o primeiro lugar na fila da pauta de votação. Em seguida, o projeto é enviado ao Senado, onde também terá de ser votado em plenário. Um novo pedido de urgência pode ser feito, mas da mesma forma como ocorreu na Câmara, a proposta terá de passar pelo mesmo processo de recolhimento das assinaturas.

mitar o texto que queremos, mas não sabemos quando sairá o reajuste”, lamentou o coronel Ricardo Martins, assessor jurídico da Casa Militar.

Segundo o coronel Martins, a definição pelo projeto de lei causou um “clima de desolação” entre praças e oficiais. “Ba-

teu de uma forma horrível. A demora na tramitação de um projeto de lei deixou a categoria chateada. Vamos agora nos mobilizar para atuar dentro do Congresso Nacional”, contou Martins, também integrante da comissão de projeto do plano de carreira da PM. Ao tomar co-

nhecimento sobre a mudança de tramitação do projeto no final de semana, o governador Arruda protestou: “Não entendi por que essa alteração, afinal de contas o projeto de cargos e salários da Polícia Civil foi feito por meio de MP. Realmente não tem explicação”.